



ANA MARIA CAMPOS
camposanamaria5@gmail.com

Renato Alves/Agência Brasília



Ibaneis vai enfrentar Bia Kicis e Michelle Bolsonaro

O governador Ibaneis Rocha (MDB) vai registrar a candidatura ao Senado, mesmo diante da possibilidade de concorrer com a ex-primeira dama Michelle Bolsonaro e com a deputada federal Bia Kicis, do PL. Ibaneis disse ao Correio que nunca cogitou disputar um mandato de deputado federal, como alguns parlamentares sugerem, como forma de manter a aliança com o PL. O governador considera legítima a possível candidatura de Bia Kicis, como afirmou em entrevista publicada na quinta-feira. Mas a pretensão dele de concorrer ao Senado é anterior aos planos do PL e Ibaneis aparece bem-colocado nas pesquisas.

Momento de escolha

O problema para aprovar o projeto de capitalização do BRB é o momento político. Por mais argumentos que o governo apresente para ajudar o banco, fundamental para o desenvolvimento de Brasília, independentemente das responsabilidades pela crise, os deputados temem que a votação seja usada por adversários políticos no embate da campanha.

Quórum

Uma reunião na tarde de quinta-feira, na casa do deputado Roosevelt Villela (PL), levou o debate à base governista para avaliar o impacto das medidas para ajudar o BRB. Estavam presentes os deputados Wellington Luiz (MDB) — presidente da Câmara —, Joaquim Roriz (PL), o anfitrião, Roosevelt Vilela, Pepa (PP), Martins Machado (Republicanos), Jane Klebia (Republicanos), Eduardo Pedrosa (União), Thiago Manzoni (PL), Robério Negreiros (PSD), Hermeto (MDB), que é líder do governo na Câmara, Iolando (MDB) e Rogério Morro da Cruz (PRD). Da base governista, não participaram Pastor Daniel de Castro (PP), João Cardoso (Avante), Jorge Vianna (PSD), Jaqueline Silva (MDB) e Daniel Donizet (MDB).

De delegado a articulador nacional

O conselheiro Renato Rainha, do Tribunal de Contas do Distrito Federal, vai ampliar o raio de atuação em 2026. Ex-delegado de polícia, ele foi indicado pela Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil (Atricon) para integrar a Estratégia Nacional de Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro (ENCCLA), principal articulação nacional de enfrentamento à corrupção e à lavagem de dinheiro. A escolha ocorre em um momento sensível: o país ainda digere fraudes em benefícios do INSS, investigações sobre operações financeiras suspeitas e o avanço de organizações criminosas sobre contratos públicos. Rainha atuará no Gabinete de Gestão Integrada da Estratégia, coordenada pelo Ministério da Justiça e Segurança Pública. Vai levar à mesa da ENCCLA a experiência de quem já esteve dos dois lados: na investigação policial e na fiscalização de contas públicas.

Divulgação



Prevenir é o melhor remédio

A aposta é na integração de dados, na análise de risco e na identificação de inconsistências em licitações, parcerias e movimentações financeiras. No TCDF, Rainha tem se dedicado à análise de contratos, fundos e demonstrações contábeis, setor onde, muitas vezes, surgem os primeiros sinais de irregularidades. A estratégia nacional reúne Judiciário, Ministério Público, polícias e órgãos de controle para definir metas anuais de aperfeiçoamento legislativo e ferramentas de rastreamento financeiro. Em 2026, com pressão crescente por mais transparência, o discurso é claro: prevenção custa menos do que escândalo.

Divulgação/MPDFT



Aposta

Muita gente do meio jurídico apostando que, apesar de ser promotor de Justiça e jovem, aos 47 anos, o procurador-geral de Justiça do DF, Georges Seigneur, estará na lista tríplice a ser eleita pelo Pleno do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios (TJDFT) para a vaga aberta com a morte do desembargador Maurício Miranda. Acredita-se que pode haver uma exceção no critério de antiguidade, que prestigia procuradores em vez de promotores nessas ocasiões.

Divulgação/OAB-DF



Paulo Maurício: “Não vamos permitir o uso da OAB-DF para campanhas políticas”

A OAB-DF se antecipou ao Conselho Federal da Ordem e aprovou uma resolução que veda a participação de seus integrantes em candidaturas e campanhas para as eleições deste ano. Quem quiser participar do pleito, direta ou indiretamente, terá de renunciar ao cargo. “Queremos evitar o uso político da OAB-DF. Não vamos nos envolver, seremos apartidários. Nem vamos permitir que as estruturas da seccional sejam usadas para campanhas e divulgação de candidaturas”, explica o presidente da OAB-DF, Paulo Maurício Siqueira, o Poli. Sabatinas ou debates dentro das unidades da entidade não serão permitidos. A decisão poderia ter sido tomada pelo próprio presidente, mas, diante da importância da medida, foi submetida ao Conselho Pleno da OAB-DF, que aprovou na noite de quinta-feira.

Divulgação



Paulo Octávio: 90% dos brasileiros nunca visitaram Brasília

Durante o Plano de Voo 2026, da Amcham Brasil — maior câmara americana fora dos Estados Unidos e a maior associação multissetorial do Brasil — o empresário Paulo Octávio destacou os diferenciais competitivos de Brasília. Segundo ele, segurança e qualidade de vida são ativos estratégicos da capital. “Aqui ainda é uma cidade onde se pode trabalhar, produzir e circular com tranquilidade”, afirmou. Para o empresário, esse ambiente favorece investimentos e geração de negócios. Paulo Octávio defendeu, ainda, o turismo como vetor de desenvolvimento do DF. Ele lembrou que mais de 90% dos brasileiros nunca visitaram Brasília. Para o empresário, ampliar voos e conexões internacionais é essencial.

Acompanhe a cobertura da política local com @anacampos_cb

CASO MASTER / Celina Leão defendeu uso de imóveis como garantia para captar recursos e disse que governo atua para punir responsáveis. Instituição teve vitória na Justiça ao obter bloqueio das ações do banco pertencentes a investigados

“O BRB foi vítima de fraude”

» ANA CAROLINA ALVES
» MILA FERREIRA

O Governo do Distrito Federal (GDF) intensificou as medidas judiciais para resguardar o Banco de Brasília (BRB) em meio a Operação Compliance Zero. “O próprio Nelson de Souza, presidente do BRB, também está entrando com outras ações para bloqueio de todo o patrimônio do liquidante, para que o BRB não venha a ter nenhum prejuízo nessa fraude”, afirmou a vice-governadora Celina Leão ontem, durante uma agenda na Secretaria de Segurança Pública do DF (SSP-DF). Segundo Celina, a prioridade é resguardar a saúde financeira da instituição e recuperar valores já bloqueados pela Justiça. Ela informou que cerca de R\$ 400 milhões foram recuperados em decisão liminar do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios (TJDFT), que determinou, na quinta-feira, o bloqueio e o arresto das ações do banco pertencentes a investigados na Operação Compliance Zero, que apura supostas irregularidades envolvendo o Banco Master. “Foi bloqueado esse recurso que estava no Bradesco”, afirmou, ao destacar que novas medidas judiciais estão sendo tomadas para evitar prejuízos ao banco público. A acusação envolve o empresário Daniel Vorcara, ex-controlador

Ed Alves/CB/DA Press



Celina Leão: “Nós vamos trabalhar até o fim para salvar o BRB, com toda a transparência”

do Banco Master; seu ex-sócio Maurício Quadrado; o investidor Nelson Tanure; e o fundador da Reag, João Carlos Mansur. Eles se tornaram sócios do BRB ao adquirir ações equivalentes a 25% do capital do banco público. Segundo as investigações, os papéis teriam sido comprados com recursos oriundos de operações em que o próprio BRB adquiriu carteiras do Banco Master.

Fraude

De acordo com a vice-governadora, o banco foi vítima da fraude. “É bom sempre a gente colocar que o BRB foi vítima de uma fraude nacional que aconteceu. O banco realmente é uma instituição forte, que toda a população do Distrito Federal sabe a importância”, declarou. De acordo com Celina, o banco vale, em termos patrimoniais, quase R\$ 100

bilhões, e movimenta cerca de R\$ 7 bilhões por ano na economia local. “Toda a ação que está sendo feita por parte do governo é para preservar a instituição”, afirmou. Celina ressaltou que o GDF espera punição rigorosa aos responsáveis por eventuais irregularidades. “As pessoas que levaram a essa fraude ou tiveram algum comprometimento com isso, a gente espera que sejam punidas com rigor, porque a

instituição foi vítima e nós vamos trabalhar até o final para salvar o BRB, com toda a transparência”, disse. Sobre o projeto de lei que autoriza o uso de imóveis como garantia para captar recursos, Celina explicou que a proposta prevê a constituição de um fundo de até R\$ 2 bilhões, que serviria apenas como aval para eventual empréstimo. “Não é dinheiro que está sendo retirado do governo. São imóveis em garantia de recursos que a gente venha a precisar. Pode ser que até o fim do mês a gente nem precise usar isso”, declarou. Segundo ela, o balanço patrimonial do banco, previsto para 28 de março, será determinante para avaliar a necessidade da medida. A vice-governadora afirmou estar dialogando com deputados distritais para garantir a aprovação da proposta e pediu que o tema não seja tratado sob viés político. “Estamos no ano eleitoral e isso, às vezes, é usado de forma muito errada. O BRB é um patrimônio de Brasília. A gente precisa separar as pessoas que erraram da instituição”, disse. “Um banco vive de credibilidade. Eu tenho certeza de que o nosso banco vai sair muito mais forte do que começou”, concluiu.

Proposta

O GDF elaborou um projeto de lei que prevê soluções para a capitalização e o fortalecimento do Banco

de Brasília (BRB) após prejuízo causado por operações feitas com o Banco Master, liquidado em novembro de 2025 por ordem judicial. A princípio, o projeto previa um total de 12 terrenos públicos como garantia a possíveis empréstimos realizados pelo BRB. Após encontrar resistência por parte dos deputados distritais, o governo alterou o texto da proposta e reduziu de 12 para nove a quantidade de áreas públicas disponibilizadas como garantia. No entanto, os distritais continuam resistentes à aprovação do texto, por alegarem que faltam detalhes importantes como os valores dos terrenos e um valor exato do rombo causado no BRB. No projeto atual, consta o valor de R\$ 6,6 bilhões como limite a empréstimos tomados pelo banco com o Fundo Garantidor de Crédito (FGC) ou outras instituições financeiras, o que sinaliza um possível valor do prejuízo. O BRB explica que o valor representa apenas autorização de empréstimo, e não obrigatoriedade de contratação. De acordo com o banco, o projeto reforça o compromisso da instituição quando apresentou plano de capital de caráter preventivo ao Banco Central com diferentes alternativas para eventual recomposição patrimonial. O banco informa que os imóveis listados no projeto passarão por avaliação técnica independente, razão pela qual ainda não há definição exata sobre valores.